

A FLUIDEZ DOS LIMITES: DISCURSO ETNOGRÁFICO E MOVIMENTO FOLCLÓRICO EM PORTUGAL ¹

Jorge Freitas Branco

Como processo social, o folclorismo insere-se em contextos nacionais específicos. Neste artigo é analisada a consolidação do folclorismo português, ocorrida nas décadas de 30 a 50. Destaca-se o aparecimento de um discurso etnográfico próprio, paralelo e concorrente com o discurso científico. O universo social do folclore é encarado pelo poder político como um espaço para a construção dum consenso nacional, com o objectivo de neutralizar conflitos globais da nação (luta de classes, questão religiosa). O processo português de folclorização caracterizou-se por uma mobilização da sociedade em torno duma luta de gostos que substituiu a impossibilidade de debater a conflitualidade social.

A galeria de notáveis

Desde o último quartel de Oitocentos até à implantação da República emerge, afirma-se e tem o seu apogeu uma geração original de figuras intelectuais. Estas criam um interesse específico pelas coisas do povo, articuladas como uma causa etnográfica, e têm sido designadas como “geração fundadora”, “pioneira”, “mestres” ou ainda “protagonistas” da primeira etnografia portuguesa.

Embora o problema duma periodização da história da etnografia em Portugal esteja ainda em aberto, um simples relance bibliográfico atesta tratar-se da fase mais abordada até à data.

Caracteriza-se por um duplo aspecto o estado actual dos conhecimentos. Em primeiro lugar, refiram-se os autores que se debruçaram sobre estes fundadores, consagrando-os no seu papel de iniciadores da disciplina. Uma ordenação cronológica dos seus escritos relativos a esta matéria coloca Orlando Ribeiro (1911-1997) na dianteira, com o seu estudo biográfico sobre José Leite de Vasconcelos, publicado logo após a morte deste, sendo depois

¹ O presente texto pretende situar questões que resultam da participação no projecto “A Revivificação do Património Cultural Expressivo Tradicional em Portugal no Século XX”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Instituto Camões, ao abrigo do Programa Lusitânia (Plus/Cul/1163/95), e coordenado por Salwa El-Shawan Castelo Branco (Universidade Nova de Lisboa). Algumas ideias desenvolvidas resultam de discussões organizadas neste contexto, como ainda de pesquisas de terreno feitas no Alentejo no âmbito do mesmo projecto. Partes do texto foram abordadas em intervenção oral no II Encontro sobre Eruditos Regionais, realizado em Portel a 27 de Junho de 1998. Agradeço a Paulo Lima, da Oficina de Património (Câmara Municipal de Portel), as facilidades proporcionadas no acesso a materiais diversos; a António Medeiros e a João Leal, várias sugestões oportunas.

várias vezes reeditado (Ribeiro 1994). Segue-se outro dedicado a F. Adolfo Coelho, elaborado por Manuel de Paiva Boléo (1904-1992), onde se procede a um aprofundado balanço crítico do homenageado (Boléo 1947). Pouco depois, em 1951, A. Jorge Dias (1907-1973) redige o seu *Bosquejo Histórico*, a primeira tentativa para avaliar um grupo de etnógrafos pertencentes a uma época, referindo-se-lhes como mestres iniciadores deste saber em Portugal (Dias 1966). No final da mesma década, e a propósito da comemoração do centenário do nascimento de José Leite de Vasconcelos, Manuel Viegas Guerreiro (1912-1997) publica um artigo, complementando o outro já referido, de O. Ribeiro (Guerreiro 1994). Ocasão evocativa similar traz à ribalta A. A. da Rocha Peixoto, graças aos estudos biográficos de E. Veiga de Oliveira (1910-1990) e de Flávio Gonçalves (1929-1987), acompanhando a primeira edição sistemática duma obra até aí dispersa (Oliveira 1966, Gonçalves 1990).

Destes factos há que reter alguns elementos. Primeiro, é com o falecimento de J. Leite de Vasconcelos que se desencadeia um movimento de consagração e enaltecimento de antepassados na etnografia portuguesa. Tal indicia que o desaparecimento da última figura da geração em causa terá criado o distanciamento necessário a uma reflexão sobre os rumos tomados. Segundo, empreende-se um esforço evocativo, onde a ancestralidade geradora de autoridade recorda e reaviva filiações oitocentistas diversas; sublinham-se as diferenças das correntes de pensamento científico por eles encabeçadas. Terceiro, os construtores desta autoridade disciplinar legitimada pela celebração de antepassados protagonizam eles próprios abordagens disciplinares distintas, mantendo-se a aparência de temática convergente. A. Jorge Dias e E. Veiga de Oliveira são etnólogos, Manuel de Paiva Boléo dedica-se à filologia românica, O. Ribeiro é geógrafo, M. Viegas Guerreiro irá especializar-se na literatura oral. Por fim, o historiador de arte Flávio Gonçalves, ao biografar uma personalidade, desvenda o despertar de outra das vocações etnográficas saídas em finais de Oitocentos.

São, por consequência, de origem disciplinar heterogénea os autores que desde o falecimento de J. Leite de Vasconcelos empreendem um trabalho de indagação das ascendências nos seus campos disciplinares. Une-os uma confluência ténue em torno da designação etnografia. Da leitura das suas legitimações sobressai o enaltecimento individual da figura celebrada, o destaque para o respectivo labor pioneiro individual, sem contudo se omitir a importância da geração da qual fizeram parte.

Importa agora verificar quais as figuras que cada um destes autores, de múltiplas formas envolvidos na elaboração dum discurso etnográfico directo ou mais ocasional, e a propósito de momentos biográficos a celebrar, vai colocando nessa galeria de notáveis em constituição.

O primeiro é J. Leite de Vasconcelos (1858-1941), seguindo-se Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) e Teófilo Braga (1843-1924). Estes três compõem o grupo inicial nessa galeria. Incluo o último porque A. Jorge Dias, no seu *Bosquejo Histórico*, o menciona; no entanto, ele não seria alvo de evocação particular feita pelo lado da etnografia. Durante a década de 60 iria ser acrescentada outra personalidade a este panteão da etnografia portuguesa: António Augusto da Rocha Peixoto (1866-1909).

Só com o quadro académico institucionalizado após 1974 seria expandido o número de figuras colocadas neste pedestal colectivo². Chega a vez de Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910), graças a um estudo de apresentação da obra editada (Leal 1988); é feita uma tentativa de reequacionamento da ambiguidade instalada à volta de Teófilo Braga (cf. Oliveira 1979, Branco 1985, Leal 1987)³. Está ainda de fora António Tomás Pires (1850-1913), que merecerá contudo vir a ser incluído neste círculo de eleitos (cf. Falcão e Ferreira 1986, Lages 1992).

Do confronto destas publicações fica a ideia duma intenção de busca de legitimação sentida em momentos precisos do presente, que provocaram uma curiosidade pela indagação do passado. Admitindo esta hipótese, a criação duma galeria de notáveis surge como forma de fundamentar linhas de força na investigação de base etnográfica, que se haviam consolidado na década compreendida entre 1950 e 1960. Foi um render da guarda entre gerações, sendo que a mais nova teve de ir em busca do testemunho que a anterior não detinha pronto para passar.

Esta construção do passado reflecte um sintoma de cisão. Os alinhamentos em torno dos defuntos recordados indiciam a autonomização do discurso etnográfico. Em consequência, iniciava-se um processo de divórcio da filologia, da geografia, da arqueologia e da literatura oral.

Desde finais da década de 80 tem-se intensificado o interesse pela história da etnografia em Portugal. A diferença entre as publicações recentes

² Com a institucionalização académica da antropologia verificada neste período (cf. Branco 1986) e no seguimento do programa editorial da colecção *Portugal de Pertó*, estas personalidades são submetidas a um reforço do seu estatuto em termos de ancestralidade, ou mesmo de reavaliação, neste caso por parte duma nova geração de antropólogos. No que respeita a esse reforço, vemos Manuel Viegas Guerreiro (1984) fazer um prefácio introdutório a uma obra de F. Adolfo Coelho, colocando-se fora do âmbito leitiano. Pouco depois, Ernesto Veiga de Oliveira (1985) escreve um prefácio para a reedição duma outra obra do mesmo Adolfo Coelho, sobre a qual seria feita uma curiosa recensão crítica na *Revista Lusitana* (Nascimento 1986). Pelos vistos, M. V. Guerreiro havia ultrapassado o âmbito até aí tacitamente estabelecido na invocação de antepassados. Por outro lado, também E. V. de Oliveira o terá feito, se atendermos à tal linha anteriormente traçada (cf. Oliveira 1966, sobre Rocha Peixoto). Ora, no caso da figura em questão foi, como se viu, M. de Paiva Boléo o primeiro a reclamar F. Adolfo Coelho – chegando a sugerir a criação em Coimbra de um arquivo dialectal com o seu nome –, apesar de na mesma altura se lhe ter prestado uma homenagem na Universidade de Lisboa, onde tinha sido professor, a propósito do centenário do seu nascimento.

³ Que esta construção duma galeria de notáveis é um fenómeno de relevância interna no discurso etnográfico português torna-se evidente pela ausência de referências às figuras que a integram no panorama da bibliografia internacional. Só detectei uma excepção a esta regra. Peter Burke faz uma breve menção a Teófilo Braga (Burke 1989: 17).

e as anteriormente citadas – que poderão ser designadas de primeira vaga – assenta na perspectiva agora prevalente. Já não se trata de descobrir ou justificar uma filiação, de escolher um patrono na galeria de notáveis, mas de abordar sistematicamente problemas no âmbito duma história das ideias científicas ou do papel da ciência na sociedade.

Os trabalhos que João Leal (1987, 1988, 1993, 1996) vem desenvolvendo revelam uma opção de pesquisa só aparentemente coincidente com os objectivos procurados pela primeira vaga. Ao ocupar-se, em moldes sistemáticos, de vários autores e da respectiva obra (Leal 1987, 1988, 1993), o panorama proporcionado é diferente. Passam a ser equacionadas grandes questões dum autor no conjunto das suas publicações. Ganha-se em visão global, extrai-se o eventual fio condutor no tratamento de alguns dos temas predilectos. E, desta forma, o leque temático e os modos do seu equacionamento podem ganhar uma lógica que não a da simples constatação de terem sido meros introdutores das perspectivas de autores internacionais da sua época. Modos de pensar, métodos adoptados e a estruturação de vertentes tornam-se mais evidentes. Atingido este nível, começa a ser possível avaliar essas figuras, a respectiva obra, o impacto eventual no seu tempo e proceder a balanços comparados.

Como primeira conclusão deste conjunto de resultados disponíveis, fica a ideia de ter-se tratado de uma geração pioneira, ecléctica, militante, contudo consciente do seu diletantismo; por conseguinte, aberta às ideias que circulavam no exterior, distinguindo-se cada um dos autores pela diversidade das correntes abraçadas. Exceptuando José Leite de Vasconcelos e talvez Francisco Adolfo Coelho, pelos motivos mais variados, o ímpeto etnográfico prevalece sobre a fundamentação assente em material etnográfico. Esse ímpeto domina o seu espírito e, sempre que podem, colocam-no como uma causa defendida com punhos e mãos que vertem escrita. O objectivo principal não foi, nem pelos vistos podia ter sido, o lançamento e a cimentação duma área científica. À distância de um século, muitos dos textos etnográficos saídos então a lume se assemelham a arremessos isolados, interessantes e importantes pela novidade da iniciativa. Como se foi sugerindo, estas figuras formam uma galeria de notáveis: na iniciativa desencadeada, graças ao empenho colocado e, sobretudo, pela abertura de espírito neles patente para debater ideias, construir programas, agitar o meio onde actuaram, suscitar polémicas, mesmo que o material a tratar pecasse ainda por parco ou quase inexistente. É nesta conjuntura que deve ser vista a discrepância entre as referências a correntes teóricas ou a escolas e doutrinas do pensamento científico, os programas de acção elaborados e a modesta monografização alcançada.

Desnacionalização na circulação e na adopção de ideias contraposta ao sentimento nacionalista reinante e caracterizador duma actuação cívica

defendida, eis o contexto mais vasto e unificador no movimento de introdução de teorias antropológicas no Portugal oitocentista (cf. Silva 1997, Guerreiro 1986). A abertura à abordagem etnográfica forneceu argumentos novos e enriqueceu outros, num debate intelectual generalizado, conduzindo à indirecta entrada em cena das massas populares, como um novo factor na realidade política daquele final de século. A criação do Museu Etnográfico Português no ano de 1893, uma iniciativa de José Leite de Vasconcelos (cf. Branco 1995), foi um marco decisivo nesta modalidade de nacionalização do povo, consagrando-o pela vertente cultural no seio da nação. Os contrastes assinalados por João Leal (1995) apontam para o reforço desta interpretação, no sentido de que dentro de uma cultura liberal (cf. Silva 1997), forjada ao longo do século, se produzia na viragem para Novecentos uma diferenciação ideológica – o aparecimento dum pensamento burguês, tendo na construção do popular uma das suas novas tarefas cívicas, distanciando-se socialmente das massas trabalhadoras urbanas e rurais por uma atitude de apropriação selectiva no plano cultural.

A expressão “clima moral” é útil para caracterizar este prelúdio na sistematização de um saber etnográfico. É assim que Augusto Santos Silva (1997: 111-129) recenseia e discute aspectos relevantes para um melhor conhecimento da galeria de etnógrafos e do seu papel na sociedade portuguesa de então. O surgimento do ímpeto etnográfico a que me referi poderá coincidir com um esgotamento crescente do *stock* argumentativo da cultura liberal como ideologia globalizadora da nação, por já não responder com a mesma eficácia ao debate reformador e cívico (atraso, decadência e mobilização nacionais, esgotamento histórico do regime). O propósito de ir em busca do povo, como tarefa urgente a levar à prática, produz efeitos – organiza-se a recolha e a circulação da informação etnográfica obtida, com vista à formação de uma audiência nacional especializada. Esta a função desempenhada pelas revistas e pelas colecções editoriais lançadas. A irregularidade do ritmo de publicação e a vida efémera de muitas delas não deve ocultar o seu real papel. Não se trata aqui duma comunidade científica em sentido clássico, mas dum novo palco para debates de índole cívica. Em suma, um âmbito para o estabelecimento de programas científicos, visando um melhor e diferente conhecimento da sociedade.

Neste clima moral onde desponta a geração dos primeiros etnógrafos, integra-se e destoa J. Leite de Vasconcelos e a instituição por ele fundada, uma vez que irão singrar e angariar influência nacional – para além do museu, não se podem omitir as duas publicações periódicas: a *Revista Lusitana* e *O Arqueólogo Português*.

A. Santos Silva sublinha outro aspecto importante neste movimento cultural aberto à experimentação de novos domínios de saber. Para além dos

agrupamentos instáveis entre os cultores da etnografia e de domínios afins (arqueologia, filologia, literatura), constituem-se pequenos núcleos locais, compostos por personalidades influentes. Esta situação acontece em Serpa, em Elvas, na Figueira da Foz e em Barcelos. Ao referir-se-lhes, opera com a noção de rede: personalidade com autoridade reconhecida, instituição nacional presente, centralização da informação, difusão escrita da mesma, selecção de materiais e matérias. Na concretização desta estratégia, outras pessoas recolhem, disponibilizam o seu tempo, escrevem, pedem opiniões, remetem textos, enviam antigualhas. Nesta perspectiva, deparamos com a questão da nacionalização simbolizada pelo museu leitiano no seu pleno funcionamento. A instituição vai-se alimentando e consolidando. Cresce a influência da personalidade que a encabeça.

Para o futuro haveriam de perdurar o projecto e a obra leitianas. Daí ser legítimo repensar a aplicação desta noção de rede. Não será antes que o espírito inicial de cooperação se tenha transformado rapidamente numa relação desequilibrada, porque de subordinação latente à instituição sediada em Belém? Esta interrogação em nada reduz o mérito e o papel duma personalidade, antes permite avaliar a vertente sociológica dum clima moral. O aumento da influência pessoal de José Leite de Vasconcelos deve ter provocado uma gradual imposição das suas inclinações científicas pessoais, da sua estratégia, da sua visão necessariamente centralizadora e progressivamente mais abrangente. As suas duas revistas não formaram, por conseguinte, uma rede, mas uma pirâmide para o suprimento contínuo de um topo. A prática leitiana assentou na verticalização das redes instaladas, no fortalecimento do museu de Belém, na sua elevação a principal instituição nacional da especialidade. Mas não terá significado a hegemonia do plano leitiano um esvaziamento de qualquer diversidade teórica e metodológica que pudesse eventualmente vir a desenvolver-se? Não parece descabido falar de autoritarismo na acção leitiana; contudo, importa reconhecer que sem ela não se teria cumprido o objectivo dum museu nacional enaltecido e demonstrativo da nação.

Do estado actual de conhecimentos relativos à fase de entrada em cena dos fundadores, mestres, primeiros etnógrafos ou pioneiros, retiram-se elementos suficientes para algumas reflexões conclusivas.

A linha de pesquisa desenvolvida por João Leal assenta na análise da recepção e na avaliação do grau de penetração das correntes teóricas dominantes no panorama internacional contemporâneo (paradigma evolucionista, mitologia comparada, positivismo, Coisas e Palavras, etc.) protagonizada pelo conjunto das personalidades em discussão. Revela-se-nos uma geração dedicada a introduzir em Portugal as principais correntes do pensamento científico da época. Partindo do princípio de que até meados de Oitocentos estava institucionalizada a etnografia e etnologia

na maioria dos países da Europa e nos EUA (Vermeulen 1995), concluiu-se que os intelectuais portugueses aderem tardiamente a este movimento.

Cruzando esta constatação com a abordagem feita por A. Santos Silva, verifica-se que a introdução e a constituição de um saber etnográfico no nosso país não deverá ser vista como uma mera actualização perante os parâmetros internacionais do discurso científico. O interesse por um domínio até então pouco recepcionado serviu para acelerar uma dinâmica sociológica tendente a provocar uma diferenciação na ideologia nacional. A cultura liberal até então dominante é substituída por um pensamento político assumidamente burguês. Entre as alterações dos respectivos pressupostos e enunciados figura a reformulação das ideias sobre a regeneração da nação. Se ao longo do século XIX se havia debatido a reforma das instituições, agora a alteração do estado das coisas passara a ser equacionada como tendo no povo um dos principais elementos susceptíveis de mudar os destinos da nação. A etnografia ou etnologia, mas também a filologia e sobretudo a arqueologia, contribuem para a aquisição de conhecimentos sobre essa parte maioritária do País, dando-se início a uma recolha de informação e à formulação dos parâmetros duma cultura popular.

A geração fundadora da etnografia portuguesa caracteriza-se por ter exercido uma acção pragmática e diversificada. Absorvem correntes internacionais, aplicam-nas, como que numa ânsia de recuperar um atraso. Talvez por isso se dediquem exclusivamente ao domínio doméstico, criando e abordando nativos só no seu próprio povo – a etnografia é para eles ciência a aplicar, uma receita pronta a aviar.

No contexto nacional em causa, a etnografia não se profissionalizou, nem houve lugar para reflexão sistemática. De novo ressalta a figura de J. Leite de Vasconcelos, porque foi o único a conseguir escapar a este destino. Optou pela dedicação exclusiva a uma vocação, deixando como sua obra pessoal a única instituição que se insere plenamente no espírito e nos objectivos desejados e defendidos dentro do clima moral reinante entre os primeiros etnógrafos portugueses. Graças ao museu, seria só ele entre os da sua geração a legar rastros incontornáveis. Como se tem verificado para outros contextos nacionais, neste período oitocentista e na viragem do século, os museus etnográficos proporcionaram condições preferenciais e decisivas para a elaboração do discurso etnográfico estruturado (Dias 1991). Foi o trilho desbravado por J. L. de Vasconcelos. Seria a figura mais vezes salientada nas evocações feitas aos pioneiros (Branco 1994). De igual forma, a excepção entre eles, ao recuperar uma vertente de atraso da nação.

O tema leitiano

A figura de José Leite de Vasconcelos é uma singularidade. Não haverá dúvidas em incluí-lo no clima moral referido; contudo, importa desde já sublinhar que a sua influência se estende no tempo e no espaço bem além da dos membros da geração à qual pertence. A vocação que sente nada tem a ver com uma mais imediata vontade de intervenção na política activa ou na reformulação do conteúdo cultural da respectiva argumentação. Para ele a ciência será mais do que actividade profissional, torna-se uma fatalidade. Neste ponto consuma-se uma separação fundamental com o meio em que emerge. Ao fundar, em princípios da década de 90, uma instituição museológica, legítima pessoal e socialmente as suas pesquisas. Com os escritos redigidos e publicados a ritmo intenso, para não dizer avassalador, cria um âmbito de circulação de informação científica especializada. As actividades de escavação ou recolha, pesquisa, compilação, sistematização, apresentação de resultados, manter-se-ão inalteradas por toda uma longa vida. Por isso, a influência pessoal, institucional e científica estende-se para além da sua morte. Até ao seu desaparecimento, é ímpar a presença influente de José Leite de Vasconcelos em campos disciplinares que ele aprofunda numa relação fluída: arqueologia, filologia, etnografia. A singularidade a que me referi resulta duma dedicação plena e sem vacilações. José Leite de Vasconcelos foi a personalidade que atravessou incólume mais de meio século de discurso etnográfico produzido em Portugal, sobrepondo-se a três alterações significativas de regime (Monarquia, República, Estado Novo).

A investigação aprofundada em torno da sua figura e obra merece especial atenção, até pelas dificuldades que apresenta. Para avaliar e interpretar do ponto de vista histórico o conteúdo científico da sua obra publicada em vida, deparamos hoje com o leque tão vasto dos domínios versados, muitos deles já separados em áreas disciplinares autónomas durante a sua vida. Equacionada esta questão, surpreende a amplitude de temas abordados ou mesmo a florados, pois José Leite de Vasconcelos redigia rapidamente textos avulsos a partir de notas tomadas com avidez nas suas inúmeras excursões. Surpreende a diversidade das questões abordadas. Num balanço prévio pode afirmar-se, com alguma segurança, que a sua obra vale ainda na actualidade, por constituir um repositório notável de informação articulado com um invulgar aparelho crítico para a altura em que é elaborado.

O papel e a função desempenhados pela sua obra póstuma terão de ser avaliados. Tal objectivo só é possível se perspectivado no contexto em que foi sendo abordado o imenso espólio. Trata-se de uma questão difícil de situar no seu conjunto, pois para além da dispersão física patente nos vários locais onde está depositado, só se dispõe de inícios de inventariação

(cf. Coito e Coelho 1988-89, Castro e Mendes 1997). A fragmentação que o caracteriza dificulta uma abordagem geral.

Não é desproporcionado falar da existência de um fenómeno leitiano. Em torno da sua vida e obra existe uma abundante bibliografia, que, embora de valor e âmbito muito desiguais, atesta mais uma vez a singularidade da personalidade em causa. Poderá ser discutível a aplicação da designação de antepassado a J. Leite de Vasconcelos relativamente a uma ou outra corrente posterior. Certa e estável parece no entanto a sua sombra bem para além da sua morte.

Deste conjunto de dificuldades e de desafios que uma tentativa de avaliação da obra leitiana coloca a qualquer interessado nasce um paradoxo. Os constrangimentos e impedimentos práticos apontados para qualquer pesquisa mais aprofundada em torno do tema leitiano acabam por suscitar um aumento de curiosidade e de interesse à volta desta sombra permanente na etnografia portuguesa. O tema leitiano configura uma situação merecedora de uma reflexão actualizada, como tem ocorrido com outras figuras no panorama internacional ⁴.

Autonomia discursiva

A galeria de notáveis agrupa figuras próprias duma época, caracterizando-se pelo modo como alteraram o quadro argumentativo aplicado no debate sobre a identidade nacional. Ao seu desaparecimento da cena associa-se uma quebra ou mesmo uma rotura. Eles são enaltecidos por uma geração que se lhes segue, mas com a qual não há ligação previamente estabelecida em vida pelos primeiros.

Na realidade, os actos evocativos desencadeados a partir da morte de J. Leite de Vasconcelos dão corpo à atitude de uma nova geração que emerge na cena portuguesa a partir dos anos 40. Tal como os dos notáveis, os seus horizontes de referência são directamente absorvidos de palcos científicos externos – aspecto este assumido sem rodeios por A. Jorge Dias e M. de Paiva Boléo ⁵. Quanto a Orlando Ribeiro, pese a influência do mestre enaltecido, enveredara por outro campo disciplinar.

⁴ Refiro-me, a título exemplificativo, a estudos biográficos recentes feitos por antropólogos sobre figuras relevantes na antropologia, como Marcel Mauss (Fournier 1994) ou Maurice Leenhardt (Clifford 1982). Tais pesquisas põem a descoberto a questão do espólio e eventual possibilidade do seu tratamento. Nos casos que acabo de citar foi possível aos autores compilar documentação a que, para o caso leitiano, parece não ser (ainda) possível ter acesso.

⁵ São sobejamente conhecidas as influências na formação etnológica de A. Jorge Dias, para aqui as referir. No entanto, vale a pena lembrar a fundamentação por ele feita sobre a necessidade de elaborar um atlas etnográfico em Portugal (Dias 1947). Neste curto texto menciona, como exemplos a seguir, projectos idênticos em curso nos países de língua alemã. Quanto a M. de Paiva Boléo, filólogo decididamente voltado para a dialectologia românica depois de uma estada prolongada em Hamburgo em finais dos anos 20, redige um texto onde estabelece as suas opções científicas e metodológicas (Boléo 1931), concretizadas mais tarde no Inquérito Linguístico lançado em 1942.

Como não houve continuidade, tão-pouco se fez o render da guarda. Verifica-se que duas gerações introduzem, em épocas diferentes, os estudos etnológicos em Portugal. Fazem-no no âmbito de iniciativas pessoais: os pioneiros, por via indirecta, recepcionando a bibliografia, os segundos – a designar por etnólogos de primeira vaga –, através de contacto *in loco* com os centros produtores desse saber. Que consequências terá tido para o discurso etnográfico em Portugal esta dupla introdução, diferida no tempo?

Três textos publicados no espaço de duas décadas por etnólogos da primeira vaga são expressivos para a matéria que interessa discutir. Refiro-me ao *Bosquejo Histórico* de A. Jorge Dias, inicialmente publicado em 1952 (Dias 1966), aos *Vinte Anos* de Ernesto Veiga de Oliveira (1968) e à entrada intitulada “Etnografia Portuguesa”, redigida para um dicionário histórico, da autoria do primeiro (Dias 1971).

Do *Bosquejo Histórico* retenha-se a visão programática nele defendida. De acordo com a mesma, no nosso país, só com a criação do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, em 1947, na cidade do Porto, se pode falar de um período científico neste domínio do saber. Para melhor vincar este facto, procede-se pela primeira vez a um acto de consagração da geração pioneira, designando-os a todos por mestres. Desaparecidas essas figuras, considera-se fechado um ciclo, transmitindo-se ao mesmo tempo a ideia de que esses antepassados respeitáveis não terão conseguido perpetuar as suas linhas. Não houve seguidores; só algumas virtuais excepções, por força das circunstâncias, cairiam na continuidade desse período não científico. A. Jorge Dias considera o aparecimento do referido centro o momento fundador da etnologia em Portugal.

Volvidas quase duas décadas, cabe a Ernesto Veiga de Oliveira fazer o balanço do trajecto entretanto percorrido. Redigidos na forma de extenso e pormenorizado relatório, os *Vinte Anos* dão conta das investigações desenvolvidas pelo grupo (além do autor e de A. Jorge Dias, compõem-no ainda Fernando Galhano, Benjamim Pereira e Margot Dias). Os temas tratados são bastante variados, o aprofundamento das pesquisas desenvolvidas, ou em curso, desigual. Sobressai a especialização na área da cultura material e das tecnologias tradicionais rurais, com vista à elaboração do Atlas Etnográfico de Portugal (AEP), conforme havia sido estabelecido no início da actividade do centro já mencionado. Para além disso, é patente a preocupação de diferenciação frente a campos disciplinares afins (arqueologia, filologia, literatura oral) e perante o trabalho levado a cabo pelos cultores de etnografias de feição local ou regional⁶. O balanço feito é positivo, pois os resultados obtidos pelo grupo, comprovados pelas publi-

⁶ Sobre alguns aspectos de que se pode revestir esta relação específica, veja-se um artigo de Ana Teresa de Sousa (1997).

cações dadas à estampa, pelas preparadas e pela constituição de um arquivo próprio, permitem a conclusão de que, nos finais da década de 60, o saber etnográfico acumulado se inseria definitivamente numa perspectiva etnológica. A marcar o termo da caminhada empreendida, Ernesto Veiga de Oliveira coloca a figura de Rocha Peixoto na galeria de notáveis – ou seja, à consolidação de uma vertente do discurso etnográfico corresponderia uma tutela própria no universo dos antepassados venerados.

Poucos anos volvidos, no artigo “Etnografia Portuguesa” atrás referido, A. Jorge Dias reforça a diferenciação disciplinar ocorrida, estabelecendo a linha separadora de águas: o método usado é o da observação directa dos fenómenos culturais (Dias 1971).

Perspectivadas no tempo e confrontadas no panorama das restantes etnografias praticadas em paralelo em Portugal, estas publicações são reveladoras dum percurso cuja principal característica foi a autonomização do discurso etnográfico. Serviram de base sustentadora para este processo os trabalhos e os resultados obtidos em torno do AEP. Por tal entenda-se um processo no qual a etnologia conquista para si a preponderância no recurso ao elemento etnográfico, criando assim autoridade e independência em relação a outros campos disciplinares. Ao chamado grupo de A. Jorge Dias coube o mérito de protagonizar e concretizar o processo de diferenciação e de autonomização disciplinar.

A acção inicial fora lançada em 1947, como refere E. Veiga de Oliveira, e dela deu conta na altura A. Jorge Dias, ao divulgar o projecto para a elaboração do AEP (Dias 1947). As grandes linhas traduzem opções de fundo: pesquisa feita de acordo com um plano, prioridade concedida ao estudo da cultura material, adopção do método cartográfico, preocupação comparativa pelo confronto dos resultados obtidos no terreno português com outras regiões ou países, recolhas no terreno e sistematização da informação obtida numa instituição específica e, finalmente, constituição de uma equipa de trabalho. Foi pela concretização destes requisitos antecipadamente estabelecidos que se pôde falar de autonomização do discurso etnográfico.

No final da década de 60, os trabalhos relativos ao AEP traduzem-se sobretudo nas *Cartas de Distribuição* elaboradas ou em preparação e pelas correspondentes monografias de alfaias. Será no entanto de considerar o Atlas como disponibilizado só alguns anos mais tarde, em 1976, com a publicação da obra intitulada *Alfaia Agrícola Portuguesa* (Oliveira, Galhano e Pereira 1976)⁷. Do conjunto das investigações feitas e publicadas ressalta

⁷ Não está editado um atlas etnográfico de Portugal, havendo publicadas *Cartas de Distribuição* para sectores sistematizados da cultura material, relativos à actividade agrícola. Do ponto de vista histórico da disciplina, julgo dever considerar-se o período compreendido entre 1947 e 1976 como o de trabalho continuado em torno do AEP. Esta última baliza temporal corresponde ao ano da publicação da primeira edição da *Alfaia Agrícola Portuguesa*, a considerar como a sùmula vinda a público do atlas.

o rigor mantido em relação à opção tomada nos anos 40. O acento colocado na abordagem sistemática da cultura material deu origem a duas vertentes para a explicação do terreno português: a explicação tipológica dos instrumentos utilizados na agricultura (as alfaias) e as monografias sobre técnicas de transformação ligadas ao mundo rural (tecnologias tradicionais).

A estratégia seguida permitiu uma diferenciação perante as outras etnografias então praticadas. O panorama a traçar traduz a existência duma heterogeneidade só aparentemente aglutinada por uma designação disciplinar coincidente.

Na Universidade de Coimbra, a filologia românica liderada por Manuel de Paiva Boléo empenhara-se desde 1942 num grande Inquérito Linguístico (Boléo 1974, 1975), instalando-se no âmbito deste projecto de longo termo a perspectiva da escola Palavras e Coisas. As recolhas no terreno, a respectiva cartografia dos elementos obtidos e isolados, destinavam-se a produzir cartas dialectológicas do País. E também aqui a introdução desta nova linha havia sido precedida de uma legitimação histórica nacional, buscando-se a tutela ancestral de F. Adolfo Coelho (Boléo 1947) – como já referi atrás. Restava o museu leitiano, entretanto abertamente alinhado pela arqueologia (Branco 1995), ficando nele subalternizado o papel da etnografia. Mantinha-se ainda a influência da autoridade pessoal de J. Leite de Vasconcelos. Se no plano institucional não seriam de reear convergências ou sobreposição de interesses, na esfera dos seus inúmeros admiradores e seguidores o problema não era simples. Assim, a opção pela abordagem da cultura material feita pelo grupo do AEP significava a vontade de explorar a fundo um domínio etnográfico quase virgem – por consequência, um campo a desbravar, no qual os leitianos muito pouco poderiam encostar-se à autoridade do mestre desaparecido. *A Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização* só nos três primeiros volumes foi obra saída do punho do sábio (Vasconcelos 1933, 1936, 1941).

Os trabalhos para a elaboração do AEP seriam o elemento de rotura com o saber etnográfico herdado da galeria de notáveis; e, em simultâneo, constituem a autonomização do respectivo discurso. Significam estes dois factos a instauração em Portugal da etnologia como disciplina científica. Caracteriza-se esta transformação não tanto pelo método, mas pela atitude perante uma especialização na produção científica: os elementos recolhidos no terreno deverão ser explicados através da cultura e tendo em mente a preocupação comparativa. Objectifica-se a cultura.

Partindo da hipótese duma dupla introdução da etnografia em Portugal, verifica-se que o surgimento dos etnólogos de primeira vaga não se insere no processo de desenvolvimento continuado em relação aos etnógrafos da viragem do século. Ao criarem uma galeria de notáveis, os primeiros vincam e instauram essa rotura. Pode-se assim afirmar que duas

gerações encontram formas distintas de acesso à produção de saber etnográfico.

Para além disso, é diferente a postura de cada uma das gerações perante o modo de produzir conhecimento científico. Embora ambas se coloquem num ponto zero, o modo de encarar a produção de um saber específico diverge; os notáveis desenvolvem uma acção individual, fortemente centrada nas suas personalidades, enquanto os da primeira vaga apostam no trabalho de equipa – servindo de exemplos comprovativos o inacabado *opus* leitiano e o AEP. Olhando-os como produtos reveladores de atitudes, a profissionalização substitui a vocação ou intervenção cívica na indagação identitária do País.

Institucionalmente coincidem as marcas deixadas por notáveis e pelos da primeira vaga. Na sua acção revisitam-se os debates e as polémicas intrageracionais. Tanto a influência leitiana como a exercida pelo grupo do AEP ficariam marcadas para a posteridade na forma de concretizações museológicas de vocação nacional. Mantendo a perspectiva de leitura aqui sugerida, cada um dos museus – ambos na capital do País, um em Belém, outro no Restelo – traduz na concepção e pelo espólio reunido propostas e visões com autoria marcadamente geracional para a interpelação cultural da nação.

A autonomização do discurso etnográfico em Portugal desenrola-se a coberto dum projecto de grande fôlego, que se traduzirá num atlas versando cultura material à escala nacional (Continente e regiões insulares). Ao longo de três décadas aplica-se ao terreno português o paradigma das sociedades camponesas, num acto de hegemonia discursiva, reflectindo-se desta maneira uma das tendências prevaletentes na etnologia europeia de então. Como na geração que integra a galeria de notáveis, também na dos etnólogos de primeira vaga o tipo de trabalho proposto não teve solução de continuidade.

Mais que um processo cumulativo de produção de conhecimento, o saber etnográfico em Portugal revela-se como uma acção descontínua na elaboração de sentidos extraídos ao terreno para a explicação do País. A aparente irreprodutibilidade desse saber corresponde a uma necessidade de permanente indagação com vista à recomposição dos sentidos atribuídos.

O processo de folclorização

Também em Portugal o movimento folclorístico tem sido alvo de polémica. Ao contrário do que sucedeu noutros países – servem de exemplo, entre outros, estudos feitos sobre a França (Duflos-Priot 1995, Faure 1989) ou a Alemanha, onde o tema suscitou grande debate desde a década de 60

(cf. Lixfeld 1995, Dow & Lixfeld 1994, Gerndt 1987) –, o respectivo enquadramento sistemático e analítico está por fazer. Só nos últimos dez anos começaram a surgir materiais e reflexões orientados nesta perspectiva (Castelo Branco 1992, Castelo Branco e Toscano 1986, Castelo Branco, Correia e Neves 1986, Vasconcelos, J. 1997, Castelo Branco e Lima 1998).

Deve-se a um pequeno livro de Fernando Lopes Graça (1906-1994), publicado inicialmente em 1953, uma primeira abordagem crítica do movimento folclórico (Graça 1991). Do apanhado que elabora, interessa sublinhar a sua posição face ao que equaciona como folclore e contrafacção; defende e pugna por uma via de recolha, estudo e divulgação à escala nacional das manifestações culturais populares, segundo o que define como um critério norteado pela autenticidade, a contrapor à “folclorite” instaurada.

Outra voz crítica perante o movimento folclórico é a de A. Jorge Dias. Em dois textos redigidos no final da década de 60, procede a uma resenha do evoluir do fenómeno, fornecendo dados importantes. Na sua opinião, data da década de 30 o aparecimento do folclorismo, que distingue das anteriores manifestações populares espontâneas (Dias 1969, 1970). Tratou-se de uma imposição da Igreja e do Estado que, por vias paralelas, estabeleceram normas para alterar o comportamento das massas populares até aí generalizado⁸. O que designa por folclorismo seria a reacção das populações ao imperativo estabelecido de colocar os seus festejos em âmbitos profanos. Os folguedos deixam de se inserir nas festividades religiosas e os bailes passam a estar sujeitos a prévia autorização policial, tendo de realizar-se em locais fechados. Mas, ainda segundo este autor, haverá que reconhecer a força incontornável da vida moderna pela acção do progresso técnico, ao qual as populações se rendem: a radiodifusão, os altifalantes, a televisão. Equacionando estes factores, que na sua visão de antropólogo lhe parecem constituir um sinal dos tempos e uma tendência já dominante noutros países, resta-lhe proceder ao relato duma cultura popular em vias de apagamento, como tributo devido ao progresso. Para ele o movimento folclórico surge por dois motivos. Um foi a necessidade sentida por personalidades mais esclarecidas de, desta forma, não descaracterizar as populações, mantendo nelas a lembrança duma realidade em desaparecimento. O outro seria a iniciativa de pessoas mais ou menos influentes nos meios rurais, que na ânsia de animar as festas locais teriam transformado os elementos do folclore numa acção de folclorismo desligada de qualquer preocupação de rigor perante a tradição. Contrasta com F. Lopes Graça, na medida em que se revela menos militante e mais nostálgico – nesta diferença de atitude perante um movimento social nos campos e nos arredores das cidades não devemos

⁸ Aspecto abordado por Pierre Sanchis (1983: 139-181) à escala do País e por Augusto Santos Silva (1994: 147-209, 375-381), num estudo de caso feito no Norte de Portugal.

esquecer a extensão do fenómeno ocorrida nas duas décadas que separam a redacção dos textos a que me venho referindo. Verifica-se assim como a posição global de reprovação dum fenómeno social é equacionada em moldes diferenciados, quando se trata de avaliá-lo.

No entanto, a análise dos dois autores converge num sentido. Terá existido uma época caracterizada pela ocorrência espontânea de manifestações populares ligadas ao canto e à dança; para além disso, distinguiam-se regionalmente. Importaria estabelecer a data do início da sua adulteração, a fim de salvaguardar os tesouros perdidos. Finalmente, seria competência do cientista – musicólogo ou antropólogo – estudar, recuperar e divulgar a verdade apagada.

Uma reflexão actual sobre o movimento de folclorização em Portugal terá de partir da contextualização crítica das referidas posições. As principais questões que delas sobressaem são a visão sociologicamente indiferenciada do povo, a consequente defesa duma operacionalização da pesquisa em torno da noção de autêntico, o programa desta forma implícito de estabelecimento de um *corpus* específico da cultura popular, a rejeição da cultura de massas. Quer isto dizer que os comportamentos considerados adulterados ou contaminados (influência urbana, emigração, meios de comunicação social, diferenciação geracional), em vez de vistos como componentes duma dinâmica social, eram simplesmente reprovados, promovendo-se os outros, como que num acto de purificação. Uma tal atitude revela a pretensão de um grupo na sociedade de construir um olhar hegemónico sobre o seu todo.

A análise do processo de folclorização permite situar e compreender as linhas de força presentes e intervenientes nas várias escritas etnográficas elaboradas ao longo deste século em Portugal. São componentes da respectiva história do discurso etnográfico.

Na medida em que os processos de folclorização assentam em movimentos sociais, que no contexto em discussão se pautaram por linhas de incidência rural e popularizante, com a finalidade de produzir representações de memórias sociais a transformar em cultura institucionalizada, importa isolar os principais traços identificadores.

Os ranchos formam a base organizativa e imediatamente visível deste movimento. Vários autores tentam situar a data de aparecimento deste tipo de associativismo. Terá sido ainda durante a Primeira Guerra Mundial, no Norte do País, pela acção de Abel Viana, que se organizaram exhibições com ranchos permanentes (Viana 1963: 174). Por outro lado, existem referências à formação de grupos corais no Alentejo na década de 20⁹. A informação

⁹ Por ordem cronológica do seu aparecimento: Mineiros de Aljustrel em 1926, Guadiana de Mértola em 1927, Rancho Coral de Serpa em 1928, Rancho de Vila Nova de São Bento em 1929, Ceifeiros de Cuba em 1933, Grupo Coral de Santo Aleixo da Restauração e Vindimadores de Vidigueira em 1934, Alma Alentejana de Peroguarda em 1936, Os

de que dispõe A. Jorge Dias (1970), apontando o princípio da década de 30, reporta-se provavelmente a ranchos organizados como grupos associativos. Por outro lado, e para além da questão da sua constituição formal, haverá que conhecer os seus percursos ao longo do tempo. Muitos terão tido vida efémera, uma vez que a sua existência resultou da necessidade de dar resposta a algum acontecimento particular (festas cíclicas, eventos comemorativos, celebrações seculares, etc.). Neste sentido, a dinâmica local que permite ou inviabiliza a constituição, a consolidação ou a desmobilização dos grupos é um factor importante para avaliar o espaço sociológico em que se inserem (composição etária, sexo). Ainda neste âmbito, é importante atender ao papel desempenhado pelas pessoas que assumem a liderança, embora nem sempre adquiram visibilidade imediata. Da sua capacidade de intervenção dependerá não só o recrutamento de membros para o rancho, como o controlo sobre as tensões individuais que possam gerar-se (familiares, entre vizinhos, entre gerações, afectivas, de estatuto social). A ideia de formar um agrupamento vem, por consequência, de uma pessoa com influência no local e a quem se reconhece autoridade. Este prestígio pode advir do nível de instrução formal adquirido ou dos conhecimentos acumulados por autodidactismo em matéria histórica ou etnográfica – dito de outra forma, o detentor de um conjunto específico de conhecimentos que acaba por designar-se como tradição. Cabe a esta pessoa definir a identidade do grupo, estabelecendo os correspondentes parâmetros, tais como o repertório, a indumentária, o quadro cénico, a mensagem a transmitir durante as exibições. A liderança só será eficaz se aos requisitos enumerados se aliar uma rede de relações para além do local de origem, como modo de garantir ao grupo acesso a público, necessariamente estranho. Ainda no âmbito duma sociografia dos ranchos, saliente-se o factor rivalidade, estruturador do relacionamento adoptado pelo agrupamento no interior da localidade (motivação, disciplina nos ensaios, orgulho e zelo pela indumentária), como ainda da imagem dada no exterior.

Num plano de apreciação mais geral, o aparecimento e expansão do movimento folclórico traduziu alterações profundas no comportamento das massas populares, tal como A. Jorge Dias refere. Mas essa nova dinâmica social pressupôs de igual modo uma selecção no leque das manifestações próprias para um determinado tipo de espectáculo (palco/programa,

Arraianos de Vila Verde de Ficalho em 1937, Grupo Coral da Casa do Povo de Amareleja e Grupo Coral da Casa do Povo de Reguengos de Monsaraz em 1945, Grupo Coral dos Trabalhadores de Alcáçovas em 1947, Grupo Coral da Casa do Povo de Sobral da Adiça em 1952, Grupo Coral e Instrumental de Alvalade do Sado e Pastores do Alentejo de Torre de Coelheiros em 1956, Os Trabalhadores de Ferreira do Alentejo em 1963. Os dados foram compilados a partir de Pereira (1997). Outros agrupamentos existiram de forma efémera. Após o 25 de Abril verifica-se um aumento considerável do número de grupos, passando a haver uns femininos e outros infantis; note-se ainda a expansão dos cantares alentejanos para os destinos de grande migração a partir dessa zona (arredores de Lisboa).

assistência passiva/aplauso). O promotor do grupo, ao elaborar o repertório tendo em vista a função exibitiva, é obrigado a adequar os elementos mais consentâneos com o objectivo desejado – os géneros musicais associados ou associáveis à dança. Neste lento peneirar, outros tipos performativos terão caído no esquecimento¹⁰. Reconstituir este processo de depuramento em função do factor palco constitui uma tarefa fundamental para um melhor conhecimento e avaliação dos modos de aparecimento e esquecimento de gostos nas camadas populares.

Embora não apareçam sempre em plano de evidência, o processo de folclorização conta directa ou indirectamente com o contributo dado por estudiosos, eruditos ou curiosos locais que, pela sua actividade, por vezes apagada, construíam paulatinamente etnografias. Em regra exteriores ao contexto académico, dedicam-se em regime não profissional à compilação de um saber específico para uma porção circunscrita de território. A sua pesquisa assenta num persistente vaivém entre arquivos locais e a recolha directa da boca do povo. Destes personagens tende-se a fazer uma avaliação centrada na sua produção escrita. Se é verdade que os cancioneiros, os rifoneiros, os levantamentos de cultura material, os inventários das antiguidades visíveis ou ocultas, as datações de edifícios e de eventos, as compilações lexicográficas, são muitas vezes aproveitados e enaltecidos pelos académicos numa circunstanciada nota de rodapé, esta textualidade etnográfica – por esta via, na sua essência inédita e original – constitui a matéria-prima vocacionada para alimentar os repertórios dos agrupamentos folclóricos. Contudo, as motivações pessoais geradoras destas personagens – o modo como se constituem em autoridade – não estão ainda equacionadas em termos globais. Por detrás de trabalhos dados à estampa em sucessivos pequenos textos episódicos divulgados na imprensa local, como artigos continuados ou não para revistas regionais, ou na forma de edições de autor, há uma lógica de empenhamento pessoal, de intenção assumida e de um objectivo estabelecido. É o que o trabalho recente iniciado em torno do espólio de J. A. Pombinho Júnior demonstra, apontando uma via promissora a adoptar em relação a outros produtores de textualidade etnográfica (Sousa 1997).

A revisão do estado actual dos conhecimentos recentemente elaborada (Brito e Leal 1997) e um artigo de A. Medeiros (1998) revelam um leque considerável de vias a explorar em termos de cobertura regional¹¹.

¹⁰ Como será o caso do repentismo, um assunto recentemente abordado para a região a sul do Tejo (Lima 1997).

¹¹ Refiro-me (a título exemplificativo) aos artigos sobre Eurico de Sales Viana (Alves 1997) e Manuel Francisco de Estanco Louro (Prista 1997), existindo outros anteriores sobre A. Santos Graça (Medeiros 1992), ou Francisco Carreiro da Costa (Martins 1989). O rol dos nomes ainda por abordar é considerável. Sem qualquer preocupação de exaustão na listagem, refiram-se: Joaquim Sellés de Vilas-Boas, Joaquim Roque, Manuel Joaquim Delgado, Vergílio Pereira, padre Firmino Alves Martins, padre Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), Jaime Lopes Dias, Sebastião Pessanha,

Só à primeira vista pode parecer que o quadro esboçado nos revela a reedição novecentista dos eruditos ou estudiosos locais tão bem caracterizados por A. Santos Silva (1997: 144) para finais do século XIX. Eles formam uma outra geração de gente dedicada a desenvolver pacientemente um olhar diferente para produzir novos sentidos na interpretação de territorialidades. Embora heterogêneos, estes textualizadores etnográficos escudam-se por vezes num quase anonimato, mesmo competindo entre si; organizam-se redes próprias de comunicação e difusão de um saber regional estruturado e definido pela textualização etnográfica.

Dado que o processo de desenvolvimento da folclorização do País coincide com o emergir e com o auge desta produção textual, deduz-se como uma das hipóteses possíveis de trabalho verificar em que medida esta etnografia extra académica não terá sido a principal componente discursiva do processo em causa. Eles foram os obreiros duma visão diferente, novecentista, do País.

Da sua prática etnográfica nascerá outra imagem do País – a das representações inspiradas em cenas da vida popular fixadas para os ranchos folclóricos e preparadas para uma assistência instalada em palcos disseminados pelo País. Participar passa a significar ver, ouvir, aplaudir. Fornecem uma imagem de Portugal alternativa à teoria da tripartição nacional de Orlando Ribeiro, seguida e adoptada pelo grupo do AEP. Etnólogos de primeira vaga e textualizadores etnográficos convergem e divergem na busca e determinação da autenticidade. Partem de bases de legitimação diferentes para produzir etnografias paralelas.

Sobre consensos inviáveis

A galeria de notáveis revelou-nos um grupo de personalidades heterogêneas. Ao recepcionarem teorias antropológicas, ilustrando-as com fragmentos dum discurso etnográfico, produzem uma forma concreta de adaptação ao contexto nacional em que se inserem e onde actuam como intelectuais. Aprofundam um quadro de pensamento burguês, nacionalizam o povo, desenvolvendo uma atitude ambígua entre a sua exaltação e rejeição. Outro aspecto é ainda de assinalar. A introdução das ferramentas e das ideias para a constituição de um saber etnográfico aplicado à realidade da nação faz-se num âmbito teórico de doméstico/exótico, ou rural/primitivo, mas são os

M. Cardoso Marta, J. A. Capela e Silva, padre António Marvão, Carlos Maria dos Santos, José da Silva Picão, Abel Viana, os Pires de Lima, Conde d'Aurora, Guilherme Felgueiras. Merecem menção diferenciada Luís Chaves, Armando Leça e Michel Giacometti, porque tiveram uma acção supra-regional, tanto num quadro institucional, como fora dele.

primeiros elementos a singrar – porque não tínhamos tradição consolidada de literatura de viagens? Resulta uma acção em que predominam as tarefas caseiras. O País tem fronteiras fixas e estáveis. Fala-se uma língua, embora alguém descubra um dialecto. Não há questão étnica, por isso, outro se apercebe da linguagem dos ciganos e das creoulizações (fora de portas). Assenta-se na necessidade de forjar uma base empírica para dar instrução ao povo. Assim, os programas na mente de todos – como que conferências em casino –, escritos por dois – uma proposta para a criação de museu etnológico, um plano para uma exposição etnográfica portuguesa – e concretizados por um – o museu –, equivalem a um apelo à conquista interna.

No que tem sido até agora objecto de discussão, manifesta-se um desequilíbrio no tratamento dado às gerações e suas épocas de influência.

Pela singularidade leitiana será possível ensaiar uma aproximação ao período de republicanização do País – socorro-me duma expressão tirada de D. Wheeler (1982) –, que em termos etnográficos parece ainda bastante desconhecido. Durante a vigência do regime (1910-1926) consagra-se o fundador do museu como figura pública nacional. Quanto a esta sua obra de acentuado impacte político¹², ela estava já definitivamente instalada no Mosteiro dos Jerónimos e desde 1905 aberta ao público. Alguns dos pioneiros tinham desaparecido, noutros fraquejava o ímpeto etnográfico. Por isso, há que ver na instituição museológica leitiana e nas suas revistas a grande trave mestra duma actividade fecunda, mas onde o pendor arqueológico parece fortalecer-se. Passando em revista a bibliografia, encontram-se títulos no domínio que nos interessa, saídos do punho de autores ligados à província. Tudo aponta para que as sementes lançadas no terreno tenham pegado aqui e acolá. Contudo, chama a atenção a iniciativa de J. Leite de Vasconcelos de lançar outra revista – o *Boletim de Etnografia* –, que na sua vida efémera vê os fascículos saírem preenchidos com assuntos de cultura material, quase todos artigos do próprio editor. Também outro autor, E. Ribeiro, aparece com pequenos trabalhos de índole monográfica no âmbito das artes e ofícios. Por outro lado, nota-se igualmente terem vindo a lume outros trabalhos dedicados a assuntos similares, numa preocupação de dinamização do artesanato. Também em artigos de revistas de divulgação são inseridos estes temas.

Numa outra vertente, António Medeiros (1995, 1996, 1999) tem explorado caminhos fecundos. A propósito do Minho, demonstra como desde o último quartel de Oitocentos se desenvolveu uma via burguesa de apropriação das paisagens rurais, num processo mental da sua recriação para fins de fruição. No caso presente, interessa sublinhar esta modalidade de acesso ao mundo rural, de determinação de áreas remotas. Nasce o ímpeto

¹² É o que se depreende do resultado duma sindicância que lhe é feita, conforme a documentação compilada e publicada pelo próprio (cf. Vasconcelos 1915).

para a mobilidade sazonal de índole turística, apoiada no progresso dos meios de transporte. O posterior empreendimento literário, *Guia de Portugal*, pode ser um indicador para a amplitude do fenómeno nas primeiras décadas deste século. Com isto pretendo afirmar que a descoberta interna do País é um processo multifacetado e não exclusivamente científico-etnográfico ou fenómeno de folclorização vindo de baixo. Haverá que aprofundar os modos de articulação entre estas vertentes. Neste sentido, a republicanização do país significou a introdução de medidas institucionais envolvendo toda a população (criação do registo civil, serviço militar obrigatório, lei da separação da Igreja e do Estado, participação na Grande Guerra). A instauração dos princípios universalistas do pensamento republicano terá provocado alterações no comportamento das populações urbanas e rurais, sobretudo no que toca a relação com o elemento religioso – em jeito de hipótese, formule-se a ocorrência duma des cristianização latente em alguns sectores da sociedade. Como consequência, pode-se extrapolar no sentido duma maior circulação de gostos, de modas e de vogas e de maior sintonia com os centros urbanos, como placas difusoras. Se a isto associarmos a instabilidade política generalizada, o nível elevado da conflitualidade social, então a republicanização terá ocasionado um período tenso de descompressão na sociedade portuguesa. Esta constelação teve decerto reflexos consideráveis nas manifestações culturais ditas populares. Ao universalismo ideológico do regime terão as forças que se lhe opunham respondido com uma atitude de recolhimento regionalizante; eis uma forma de explicar a existência dum consumo de paisagem e de usos e costumes rurais, por um lado, a origem provincial ou mesmo local dos títulos de conteúdo etnográfico publicados e a ausência de grandes figuras saídas do novo regime empenhadas em recolhas – atenda-se, no entanto, à sua curta duração e à impossibilidade de formar uma geração. A produção bibliográfica que atrás referi traduz um interesse prático de valorização de actividades artesanais rurais, a pensar num mercado de gente urbana ou a ela associada por estatuto como principal alvo a atingir. Os artefactos e correspondentes ofícios a que se reportam deixam de ser vistos como testemunhos históricos da vida da nação, mas como objectos a desfrutar pelo seu valor em termos estéticos. Novos gostos, outras posturas, enredos diferentes – etnografia artística, eis um termo que entra em voga nesta altura ¹³.

O folclorismo constitui uma das essências da modernidade, é ela que o suscita, conforme constatava H. Bausinger já na década de 60, reflectindo

¹³ Emanuel Ribeiro (1884–1972) publicou sobre olaria, sobre cestaria, entre outros assuntos (cf. Ribeiro 1927, 1928, 1930, 1933). As revistas são uma importante fonte documental a explorar, quer as culturais, quer as de organismos oficiais. O primeiro volume da *Etnografia Portuguesa* de J. Leite de Vasconcelos permanece, neste sentido, actual. A. Santos Graça parece ser um autor republicano a incluir na fase posterior à galeria de notáveis (cf. Medeiros 1992), que, por sinal, centra a sua atenção fora do campesinato.

sobre a Europa Central (Bausinger 1991), o que se aplica em termos genéricos também a Portugal. Dois acontecimentos servem de guias na avaliação do processo de folclorização do nosso país: a realização do Concurso da Aldeia Mais Portuguesa em 1938 e a inauguração do Museu de Arte Popular em 1948. Embora realizações institucionais, não podemos subsumir exclusivamente na acção do regime o que terá de ser visto e equacionado como uma transformação profunda de atitudes verificada na sociedade.

Um trabalho recente de Daniel Melo (1997) permite compreender melhor o papel exercido por instituições governamentais, através dos seus organismos vocacionados para o efeito (FNAT, SNI, JCCP). Uma das questões mais importantes que a investigação aborda e que, neste contexto, pretendo sublinhar, é a noção de cultura popular definida naquela altura. Não se tratava de um domínio específico de produção cultural, mas de uma actuação política com vista à elevação do nível de instrução (literária) das camadas populares (alfabetização, organização dos tempos livres através do associativismo controlado, difusão de normas conducentes à melhoria do bem-estar material, educação do gosto, etc.). Para além disso, da leitura dos materiais inéditos compulsados e criteriosamente trabalhados, julgo ser possível deduzir um procedimento mais ou menos repartido entre os organismos citados. A FNAT promove diversões, onde se doseiam exposições de ranchos folclóricos, nacional-cançonetismo e cultura dita erudita. O SNI parece concentrar-se numa apropriação do popular destinada a camadas burguesas e à representação oficial da imagem do País. Enquanto a JCCP constitui uma enorme máquina quase invisível que enquadra preferencialmente a população rural do País, garantindo o enquadramento político de massas pelo associativismo. Ou seja, um rancho folclórico (sem fins lucrativos, simples forma de organização do lazer) submetia-se às regras impostas como parte duma associação prescrita – as Casas do Povo –, mas do ponto de vista ideológico dependia das regras estabelecidas pela FNAT (domínio artístico, acesso a exposições não comerciais, concessão de subsídios).

Neste sentido, creio que para situar o processo de folclorização em curso desde a década de 30 e, ainda como Daniel Melo o aborda, há que partir da forte – e talvez decisiva – influência de acções performativas com grande aceitação no público desencadeadas nas cidades (marchas populares¹⁴ organizadas por Leitão de Barros em Lisboa, inspiração nos quadros cénicos do teatro-revista da capital). Na FNAT deve-se ver uma agência do regime em competição com os gostos populares da respectiva época, em cujas acções promovidas a partir de 50 se doseia o folclorismo emergente e o reaportuguesamento artístico (nacional-cançonetismo, mais tarde o fado na sua versão urbana lisboeta ou de balada coimbrã), em concorrência com uma

¹⁴ Aspecto abordado para um bairro de Lisboa (cf. Cordeiro 1997: 229-251).

cultura de massas criticada pela sua origem estrangeira (cançonetismos vários, *jazzbandismo* animando bailes locais, cinemas estabelecidos ou improvisados galvanizando as plateias nas cidades e na província).

A crescente amplitude do movimento folclórico não se deve unicamente à orientação governamental, mas sim à necessidade de acompanhar uma dinâmica na sociedade. Tão-pouco terá a folclorização do País significado uma hegemonia deste domínio performativo perante outros; aqui, a conclusão relativa a um século de movimento folclórico em França (Duflos-Priot 1995) será transponível para a realidade portuguesa. O folclore nunca terá sido dominante, mas afirmou-se sempre pela concorrência com outros géneros. Mais que caracterizar o movimento folclórico português no século XX, interessa, neste momento, definir o âmbito concreto e os conteúdos expressivos duma dinâmica social.

Competindo com as melodias e as vozes propagadas pela radio-difusão, com as imagens projectadas no cinema, com o instrumental arrebanhado para os bailes de domingo e mais tarde com a televisão, a folclorização traduz um reacerto constante de posições entre grupos e interesses invocados na sociedade. Vários actores entram em cena: as instâncias de poder, os textualizadores etnográficos, os cientistas, as plateias rurais e urbanas, os níveis de liderança local. São ténues as alianças e as lealdades estabelecidas. Todos tomam posição perante o fenómeno; pode-se então falar de um debate nacional de novo tipo. Não se trata já da anterior nacionalização do povo, mas da sua entrada activa em cena, como protagonista munido de argumento próprio.

O processo português de folclorização trouxe à nação um espaço diferente de intervenção, em moldes que transmitem o reflexo no quotidiano dos parâmetros políticos, culturais e ideológicos então vigentes. Constituiu uma ideologia (a)politizada, assente numa síntese cultural nova, com uma liturgia secularizante, onde as grandes divisões tradicionais da sociedade portuguesa passavam a estar neutralizadas (os antagonismos sociais, a questão religiosa). Criavam-se cenas remetendo para um espaço esvaziado de inserção temporal concreta, monumentalizador tanto do trabalho como das devoções. Se encarada como o alicerce duma cultura nacional de consenso, coube-lhe transpor para os palcos de exibição representações ditadas pelo primado duma harmonização social.

A permanente discussão em torno da qualidade, do conteúdo, do rigor, do respeito pela tradição, da autenticidade, do apertuguesamento da cultura pelas recolhas etnográficas é, à primeira vista, um debate nacional em sede de cultura. Dada a extensão do fenómeno, tanto pela base social de apoio como pelos grupos sociais que nele intervinham, essa oportunidade de consensualidade nacional imaginada pelos detentores do poder constituiu um espaço político activo, onde a luta de classes, banida por lei, sofre uma transfiguração, reaparecendo como luta de gostos.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Vera Marques, 1997, "Os Etnógrafos Locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um Estudo de Caso", *Etnográfica*, I (2), 237-257.
- BAUSINGER, Hermann, [1961] 1990, *Folk Culture in a World of Technology*, Bloomington, Indiana University Press.
- BOLÉO, Manuel de Paiva, 1931, "Orientações da Filologia Românica na Alemanha e o Seminário Românico de Hamburgo", *Biblos*, 7 (5-6), 205-255; 7 (7-8), 281-300.
- , 1947, "Adolfo Coelho e a Filologia Portuguesa e Alemã no Século XIX", *Biblos*, 23, 607-691.
- , 1974, *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica. Volume I. Dialectologia e História da Língua. Tomo I*, Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- , 1975, *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica. Volume I. Dialectologia e História da Língua. Tomo II*, Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- BRAGA, Teófilo, 1985 [1885], *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições. I*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- , 1987 [1914-1915], *Contos Tradicionais do Povo Português. I*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BRANCO, Jorge Freitas, 1985, "A Propósito desta Reedição", BRAGA, Teófilo, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições. I*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- , 1986, "Cultura como Ciência? Da Consolidação do Discurso Antropológico à Institucionalização da Disciplina", *Ler História*, 8, 75-101.
- , 1994, "Portugal e as suas Etnografias: Para uma Análise da Herança Leitiana (Compilação Bibliográfica)", *Revista Lusitana*, n. s., 12, 95-110.
- , 1995, "Lugares para o Povo. Para uma Periodização da Cultura Popular em Portugal" *Revista Lusitana*, n.s., 13-14, 145-177.
- BRANCO, Jorge Freitas, e João LEAL (eds.), 1995, "Introdução", *Revista Lusitana*, n.s., 13-14, 1-12.
- BRANCO, Jorge Freitas, e Paulo LIMA (eds.), 1997, *Artes da Fala. Colóquio de Portel*, Oeiras, Celta.
- BRITO, Joaquim Pais de, e João LEAL (eds.), 1997, "Introdução", *Etnográfica*, I (2), 181-190.
- BURKE, Peter, 1989 [1978], *A Cultura Popular na Idade Média. Europa 1500-1800*, São Paulo, Companhia das Letras.
- CASTELO BRANCO, Salwa, e M.^a João LIMA, 1998, "Práticas Musicais Locais: Alguns Indicadores Preliminares", *OBS - Publicação Periódica do Observatório das Actividades Culturais*, 4, 10-13.
- CASTELO BRANCO, Salwa, e M.^a Manuela TOSCANO, 1989, "In Search of a Lost World: An Overview of Documentation and Research on the Traditional Music of Portugal", *Yearbook for Traditional Music*, 20, 158-192.
- CASTELO BRANCO, Salwa, 1992, "Some Aspects of the Cante Tradition of Cuba: A Town in Southern Alentejo, Portugal", RODRIGUES, M.^a Fernanda C., et al. (eds.), *Livro de Homenagem a Macário Santiago Kastner*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 546-561.
- CASTELO BRANCO, Salwa, M. C. CORREIA, e R. C. NEVES, 1986, "Commercial LP's of the Grupos de Recolha e Divulgação de Música Popular Portuguesa [Ensembles for Collecting and Disseminating Portuguese Traditional Music from Rural Areas]", *Yearbook for Traditional Music*, 18, 205-210.
- CASTRO, Ivo de, e Paula E. L. MENDES, 1997, "O Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos (DRA) de Leite de Vasconcelos", *Revista Lusitana*, n. s., 16, 91-117.
- CLIFFORD, James, 1982, *Person and Myth: Maurice Leenhardt in the Melanesian World*, Berkeley, University of California Press.
- COELHO, Francisco Adolfo, 1984, *Cultura e Analfabetismo*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural.
- , 1985, *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- , 1993, *Obra Etnográfica. I*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- COITO, Lúvia, e Jane T. P. COELHO, 1988-89, "Nota acerca do Legado do Doutor José Leite de Vasconcelos no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia", *O Arqueólogo Português*, série IV, 6-7, 333-365.
- CORDEIRO, Graça Índias, 1997, *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- COSTA, Francisco Carreiro da, 1989, *Etnologia dos Açores. Volume 1*, Lagoa, Câmara Municipal de Lagoa.
- DIAS, A. Jorge, 1947, "Acerca do Atlas Etnográfico de Portugal", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 11 (3-4), 352-357 [republicado em Dias, A. J., 1993, *Estudos de Antropologia*. II, 11-18, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda].

- , 1966 [1952], “Bosquejo Histórico da Etnografia Portuguesa”, *Revista Portuguesa de Filologia*, Suplemento Bibliográfico II, 1-64.
- , 1969, “Folklorismus in Portugal”, *Zeitschrift für Volkskunde*, 65 (1), 47-55.
- , “Da Música e da Dança, como Formas de Expressão Espontâneas Populares, aos Ranchos Folclóricos”, *Publicações do XXIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Colóquio 2*, volume III, 43-54, Lisboa, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências.
- , 1971, “Etnografia Portuguesa”, *Dicionário de História de Portugal* [org. Joel Serrão], II, 138-139.
- DIAS, Nélia, 1991, *Le Musée d’Éthnographie du Trocadéro (1878-1908). Anthropologie et Muséologie en France*, Paris, Éditions du CNRS.
- DOW, James, e H. LIXFELD (eds.), 1994, *The Nazification of an Academic Discipline. Folklore in the Third Reich*, Bloomington, Indiana University Press.
- DUFLOS-PRIOU, Marie-Thérèse, 1995, *Un Siècle de Groupes Folkloriques en France. L’Identité par la Beauté du Geste*, Paris, L’Harmattan.
- FALCÃO, José António, e Jorge M. R. FERREIRA, 1986, “António Tomás Pires (1850-1913)”, PIRES, António Tomás, *Lendas e Romances. Uma Edição Crítica de P. Ferré*, Lisboa, Editorial Presença, 7-34.
- FOURNIER, Marcel, 1994, *Marcel Mauss*, Paris, Fayard.
- GERNDT, Helge (ed.), 1987, *Volkskunde und Nationalsozialismus. Referate und Diskussionen einer Tagung*, Munique, Münchner Beiträge zur Volkskunde.
- GONÇALVES, Flávio, 1990 [1967], “Introdução”, PEIXOTO, A. A. da Rocha, *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, XIII-LVI.
- GRAÇA, A. Santos, 1992, *O Poveiro. Usos e Costumes, Tradições, Lendas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- GRAÇA, F. Lopes, 1991, *A Canção Popular Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- GUERREIRO, Manuel Viegas, 1994 [1960], “Notas para uma Biografia do Doutor José Leite de Vasconcelos”, *Revista Lusitana*, n. s., 12, 53-79.
- , 1984, “Introdução”, COELHO, Francisco Adolfo, *Cultura e Analfabetismo*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, v-XXIII.
- , 1986, *Temas de Antropologia em Oliveira Martins*, Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.
- LAGES, Mário F. (ed.), 1992, “Introdução”, PIRES, António Tomás, *Contos Populares Alentejanos: Recolhidos da Tradição Oral*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 7-19.
- LEAL, João, 1987, “Prefácio”, BRAGA, Teófilo, *Contos Tradicionais do Povo Português. I*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-19.
- , 1988, “Prefácio”, PEDROSO, Z. Consiglieri, *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-40.
- , 1993, “Prefácio”, COELHO, Adolfo, *Obra Etnográfica. I*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-36.
- , 1995, “Imagens Contrastadas do Povo: Cultura Popular e Identidade Nacional na Antropologia Portuguesa Oitocentista”, *Revista Lusitana*, n. s., 13-14, 125-144.
- , 1996, “Prefácio”, VASCONCELOS, José Leite de, 1996, *Signum Salomonis. A Figa. A Barba em Portugal. Estudos de Etnografia Comparativa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 15-43.
- LIMA, Paulo, 1997, “Artistas da Fala a Sul do Tejo”, BRANCO, Jorge Freitas, e Paulo LIMA (eds.), *Artes da Fala. Colóquio de Portel*, Oeiras, Celta, 47-85.
- LIXFELD, Hannjost, 1994, *Folklore and Fascism: The Reich Institute for German Volkskunde*, Bloomington, Indiana University Press.
- MARTINS, Rui de Sousa, 1989, “Prefácio”, COSTA, Francisco Carreiro da, *Etnologia dos Açores. Volume I*, Lagoa, Câmara Municipal de Lagoa, XVII-XXVII.
- MEDEIROS, António, 1992, “Prefácio”, GRAÇA, A. Santos, *O Poveiro. Usos e Costumes, Tradições, Lendas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, III-XIV.
- , 1995, “Minho: Retrato Oitocentista de uma Paisagem de Eleição”, *Revista Lusitana*, n. s., 13-14, 97-123.
- , 1996, “Ruínas/Notícia da Arcádia Atlântica”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36 (1-2), 47-62.
- , 1998, “Pintura dos Costumes da Nação: Alguns Argumentos”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 38 (1-2), 131-169.
- , 1999, “Na Serra: os (Des)encontros no Soajo”, *Ler História*, 36, 177-220.
- MELO, Daniel, 1997, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (tese de mestrado inédita).
- NASCIMENTO, Bráulio, 1986, “Contos Populares Portugueses de Adolfo Coelho”, *Revista Lusitana*, n. s., 7, 150-161.

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1966, "Rocha Peixoto e a Etnologia", *Boletim da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim*, 5 (2), 165-214.
- , 1968, *Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Porto 1947, Lisboa 1967*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- , 1979, "Braga, Teófilo e a Etnologia", *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária* [dir. J. J. Cochofel], II (18), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 53-54.
- , 1985, "Prefácio", COELHO, Adolfo, *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 13-40.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, F. Galhano, B. Pereira, 1976, *Alfaia Agrícola Portuguesa*, Lisboa, INIC.
- PEDROSO, Z. Consiglieri, 1988, *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PEIXOTO, A. A. da Rocha, 1990, *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PEREIRA, José Francisco, 1997, *Corais Alentejanos*, Lisboa, Edições Margem.
- PIRES, António Tomás, 1986, *Lendas e Romances. Uma Edição Crítica de P. Ferré*, Lisboa, Editorial Presença.
- , 1992, *Contos Populares Alentejanos: Recolhidos da Tradição Oral* [Edição crítica e introdução de Mário F. Lages], Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- PRISTA, Pedro, 1997, "O Livro de Alportel e a Etnografia em Estanco Louro", *Etnográfica*, I (2), 259-270.
- RIBEIRO, Emanuel, 1927, *Anatomia da Cerâmica Portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- , 1928, *O Doce Nunca Amargou. Doçaria Portuguesa. História. Decoração. Receituário*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- , 1930, *La Vertu de l'Osier et du Genet*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- , 1933, *A Arte do Papel Recortado em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- RIBEIRO, Orlando, 1994, "Vida e Obra de José Leite de Vasconcelos", *Revista Lusitana*, n. s., 12, 15-49.
- SANCHIS, Pierre, 1983, *Arraial, Festa do Povo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- SILVA, Augusto Santos, 1994, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Afrontamento.
- , 1997, *Palavras para um País. Estudos Incompletos sobre o Século XIX Português*, Oeiras, Celta.
- SOUSA, Ana Teresa Santos de, 1997, "Vida, Obra e Espólio de J. A. Pombinho Júnior", BRANCO, Jorge Freitas, e Paulo LIMA (eds.), 1997, *Artes da Fala. Colóquio de Portel*, Oeiras, Celta, 141-157.
- VASCONCELOS, João, 1997, "Tempos Remotos: a Presença do Passado na Objectificação da Cultura Local", *Etnográfica*, I (2), 213-235.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1915, *História do Museu Etnológico Português (1894-1914)*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- , 1933, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização. I*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- , 1936, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização. II*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- , 1941, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização. III*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- , 1996, *Signum Salomonis. A Figa. A Barba em Portugal. Estudos de Etnografia Comparativa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- VERMEULEN, Han F., e A. ÁLVAREZ ROLDÁN (eds.), 1995, *Fieldwork and Footnotes. Studies in the History of European Anthropology*, Londres, Routledge.
- VERMEULEN, Han F., 1995, "Origins and Institutionalization of Ethnography and Ethnology in Europe and the USA, 1771-1845", VERMEULEN, Han F., e A. ÁLVAREZ ROLDÁN (eds.), *Fieldwork and Footnotes. Studies in the History of European Anthropology*, Londres, Routledge, 39-59.
- VIANA, Abel, 1956, "A Etnografia Perante o Folclore Turístico. Folclore Tradicional e Costumes Populares Actuais", *Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore, promovido pela Câmara Municipal de Braga, de 22 a 25 de Junho de 1956. Volume III*, Lisboa, Junta de Acção Social, 173-179.
- WHEELER, Douglas L., 1982, *História Política de Portugal. 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Jorge Freitas Branco

OVERLAPING BOUNDARIES:
ETHNOGRAPHICAL DISCOURSE
AND FOLKLORISM IN PORTUGAL

Folklorism, as a social process, always exists in a specific national context. This article analyses the Portuguese case of folklorism as it developed in the 30s, 40s and 50s. The emergence of this particular ethnographic discourse is addressed as parallel and rival to the scientific discourse of anthropology. The social space of folklorism was seen by political authorities as a site for the construction of a national consensus. It's aim was to neutralize national conflicts such as class struggle and religious confrontation. Because of the impossibility of debating social conflicts, the process of folklorism mobilized Portuguese society around a discussion based on opposing tastes instead.

Departamento de Antropologia do ISCTE
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)
jorge.branco@iscte.pt